

4/2010

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MÉRTOLA, REALIZADA EM 24 DE
SETEMBRO DE 2010** -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre da Câmara Municipal, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra “P”, em número de 21, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pela circular nº 12 edital nº 4/2010, ambos de 17 de Setembro de 2010. -----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Miguel da Conceição Bento	P
João Miguel Palma Serrão Martins	P
Maria Odete de Jesus Palma	P
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	P
Rui Jorge da Silva Pereira Mateus	F
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Maria José da Assunção Lourenço Henrique	P
José Francisco Neto	P
Manuel Sequeira Gonçalves	P
José Eugénio Martins Pereira da Costa	P
Maria Otilia Colaço Alves Raposo	P
Mariana Ricardina Costa	P
António Manuel Pereira	F
Mário José Eugénio	F
Maria Madalena Lança Marques – Pres. da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva	P
João Xavier da Costa Venâncio – Pres. da Junta de Freguesia de Corte do Pinto	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Em substituição do Pres. da J.Freg. de Espírito Santo	P
Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins – Pres. Junta de Freguesia de Mértola	P
Luís Miguel Cavaco dos Reis – Pres. da Junta de Freguesia de Santana de Cambas	P
José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros	P
Joaquim António Nobre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro	P
José Manuel Silvestre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis	P
Jorge Manuel Teixeira Domingos – Pres. Junta de Freguesia de S. Sebastião dos Carros	P

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----

1º Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira; -----

2º Secretário – Maria Otilia Colaço Alves Raposo. -----

ABERTURA DA SESSÃO:- Encontrando-se presente a maioria dos membros da Assembleia, pelo respectivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 17,10 horas. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa informou que o Snr. Presidente da Câmara se encontra de férias, pelo que, nos termos da Lei, se fará representar nesta sessão pelo Snr. Vice-Presidente. -----

1.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1.- ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que, dado tratar-se de assuntos que carece de deliberação urgente, a Câmara Municipal solicitou o aditamento à ordem de trabalhos do seguinte assunto nos termos e para efeitos do disposto no artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

1.- Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Informação Financeira Semestral- -----
----- O Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou aprovar o aditamento propostos passando a constar como ponto 12 da Ordem de Trabalhos. -----

1.2.- REPRESENTAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPÍRITO SANTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- A Dr.^a Maria José Henrique questionou em que função se encontra a Snr^a Secretária da Junta de Freguesia na Assembleia Municipal porque na sessão de Abril, consta como secretária em substituição do Presidente da Junta apenas para essa sessão, conforme documento que foi apresentado; E que na minuta acta de Junho aparece também como Secretária, pelo que gostaria de saber em que função se encontra a representar a Junta de Freguesia. -----

----- Foi informada pelo Secretariado que a Dr.^a Cláudia Arsénio, Secretária da Junta de Freguesia de Espírito Santo, se encontra a desempenhar funções de Presidente daquela Autarquia, em regime de substituição, por motivos de suspensão do mandato do presidente eleito, conforme documento que fez chegar aos Serviços Municipais, pelo que a menção de Secretária na minuta da acta da reunião de Junho se trata de lapso e será devidamente corrigido.

1.3.- AJUDAS DE CUSTO ÀS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- O membro Snr. José Eugénio leu uma carta em voz alta, que fica anexa à minuta desta acta, e onde solicita que as ajudas de custo que recebe pela sua presença nas sessões da Assembleia Municipal sejam pagas ao Grupo Coral Guadiana de Mértola, Grupo Coral da Mina de S. Domingos e Grupo Coral “Os Caldeireiros” de S. João. -----

----- Prosseguindo disse que se sentia agradado pelo arranjo da estrada da Bombeira e da Estrada Lombardos/Roncão, embora as saídas de água estejam muito profundas; mas que se sente desagradado pelo forno comunitário de Lombardos, que se encontra em ruínas, necessitando de intervenção urgente e nada foi feito. -----

1.4.- CONVOCATÓRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MODO DE ENVIO: -----

----- Foi apresentada pela Bancada da CDU um requerimento onde é solicitado que a convocatória e os documentos para serem apreciados na Assembleia Municipal sejam remetidos em suporte de papel para os signatários. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que se algum membro da Assembleia também o desejar que faça chegar essa sua intenção ao Serviço de Apoio à Assembleia, ou na falta de indicação os documentos e a convocatória serão enviados por e-mail da mesma forma que o foi a convocatória desta Assembleia. -----

-----Sugeriu que para as próximas sessões os assuntos cheguem mais atempadamente, tendo-se o cuidado de enviar tudo no mesmo dia, uma vez que, como se compreende, nem todos os dias se tem o cuidado de abrir o correio ou se está sempre com o e-mail aberto, correndo-se o risco de alguns dos membros não receberem os assuntos para a sessão. -----

----- A Dr.^a Mariana Costa disse que é apologista da poupança de papel e não se importa de receber os assuntos por e-mail até porque tem facilidade em os receber porque é funcionária municipal. Mas que para esta sessão houve assuntos que não recebeu devido ao facto de ter havido falhas com o Outlook, o que também pode acontecer. -----

----- O Dr. Miguel Bento disse reconhecer que não é fácil para o Serviço fotocopiar milhares de cópias, embora para ele seja difícil receber por e-mail porque gosta de tomar notas e tem de haver algum bom senso, até porque se os assuntos não lhe chegarem dentro do prazo legal não as poderá votar como é evidente. -----

1.5.- INSPECÇÃO AO MUNICÍPIO DE MÉRTOLA – RELATÓRIO: -----

----- O Dr. Miguel Bento disse que em anterior sessão da Assembleia, o Snr. Presidente da Câmara informou que iria dar conhecimento a este Órgão do Relatório da Inspeção efectuada ao Município e que até agora a Assembleia ainda não teve conhecimento do documento pelo que apresentou um requerimento à Mesa, que fica anexo à minuta desta acta e onde requer que

lhe seja fornecida uma cópia do Relatório, do contraditório e da resposta ao contraditório se é que a houve. -----

1.6.- CORRESPONDÊNCIA: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência entrada na Assembleia desde a última sessão até à presente data. -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1.- APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DE 21 DE JUNHO DE 2010: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artº 92 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2020, de 11 de Janeiro, foi presente, para aprovação a acta da reunião ordinária desta Assembleia, realizada no dia 21 de Junho p.p. -----

----- O Plenário da Assembleia, deliberou por unanimidade aprová-la. -----

2.- INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 31/07/2010: -----

----- Foi presente, para conhecimento, a Informação Financeira do Município a 31 de Julho de 2010, e que foi presente à reunião do Executivo realizada no dia 18 de Agosto passado. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3.- PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2010: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto nas alíneas n) e o) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, para o ano de 2010, aprovada pelo Executivo em reunião de 01 de Setembro corrente. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a alteração proposta. -----

4.- REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA:

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente uma Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, aprovada pelo Executivo em reunião de 18 de Agosto passado. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a alteração proposta. -----

5.- REGULAMENTO E TABELAS DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – ALTERAÇÕES E RECTIFICAÇÕES: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes as alterações e rectificações ao Regulamento e Tabelas de Taxas e Outras Receitas Municipais, aprovada pelo Executivo em reunião de 04 de Agosto passado. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar as alterações e rectificações propostas. -----

6.- REGULAMENTO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO – ALTERAÇÃO: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente uma Alteração ao Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo, aprovada pelo Executivo em reunião de 15 de Setembro corrente e que mereceu aprovação da respectiva Comissão Municipal. -----

----- O membro Snr. José Eugénio disse não concordar com o estabelecido no artº 10º do Regulamento, concretamente o limite de idade, o limite de 3 anos de residência no Concelho e a prova dos rendimentos, dizendo que estas questões deveriam ser ponderadas. -----

----- O membro Dr. Miguel Bento disse considerar pertinentes as questões levantadas pelo Snr. José Eugénio e que, em sua opinião, o valor das bolsas de estudo também deveria ser revisto porque o ensino superior já não é gratuito e que numa futura revisão ao Regulamento estas questões deveriam ser tidas em conta, além de outras que também lhe parecem ser importantes, tais como os relatórios sociais que constavam do regulamento e que, não sabe porquê, mas vão sendo abolidos. -----

----- O membro Dr.^a Maria José Henrique disse que a Comissão, no seu parecer que se encontra no processo, propôs a revisão geral de todo o Regulamento antes do próximo ano lectivo de 2011/2012, o que deverá, em sua opinião, ser tido em conta pelos Serviços. -----

----- Em conclusão, Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte (20) votos a favor e um (1) voto contra, aprovar a alteração proposta. -----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM: -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos saiu da reunião o membro D. Cláudia Celestino. -----

7.- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2010: -----

----- Foi presente uma Proposta do Executivo, aprovada em reunião de 15 de Setembro corrente, no sentido desta Assembleia fixar para o ano de 2011 as seguintes taxas do IMI: -----

a)- Prédios rústicos: 0,8%;-----

b)- Prédios urbanos: 0,7%;-----

c)- Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%. -----

----- Propôs ainda o Executivo a majoração de 30% os prédios urbanos degradados, e minoradas em 30 % os prédios urbanos objecto de recuperação sítos no Centro Histórico da Vila de Mértola. -----

----- A Dr.^a Mariana Costa disse que concorda plenamente e é a favor da majoração e da minoração das taxas para os edifícios do Centro Histórico, mas que não pode concordar com a restante proposta, pelo que irá votar contra esta proposta. -----

----- A Dr.^a Maria José Henrique disse achar as taxas propostas demasiado elevadas e na altura de crise em que o País vive, a Câmara deveria ser mais benevolente com os seus munícipes. ---

----- O Dr. Miguel Bento ditou para a acta a seguinte Declaração de Voto:”Relativamente a este ponto, considerando que a Câmara não aprovou a proposta dos Vereadores da CDU, vai votar contra”. -----

----- Tomou a palavra o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas para dizer que os documentos antes de serem votados deveriam ser discutidos e deveria haver uma metodologia no tratamento dos assuntos. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que se gostamos da Vila de Mértola devemos gostar que ela seja mais apetecível pelo que relativamente à Vila Velha acha justo que os proprietários das casas degradadas paguem um imposto maior, achando que existe um equilíbrio e que é justo. --

----- A Dr.^a Odete Palma disse que nesta situação tão difícil que o País atravessa e em que as pessoas dificilmente conseguem fazer face às despesas que são cada vez maiores, via de bom grado que a Câmara não apresentasse a taxa máxima, mas sim uma mais suave. -----

----- Interveio o Dr. Manuel Joaquim para dizer que as taxas propostas pela Câmara não são as taxas máximas e que a maioria das famílias estão até isentas do imposto. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que a crise é para todos e a Câmara está a dar oportunidade aos que podem pagar mais, que paguem para se poder aliviar os que pagam menos. Que estas taxas são receitas municipais e serão aplicadas noutras coisas. -----

----- A Dr.^a Maria José disse que a Câmara deveria pedir à Direcção Geral dos Impostos informação sobre as famílias que estão isentas deste imposto no Concelho. -----

----- Em conclusão a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com onze (11) votos a favor e nove (9) votos contra, aprovar as seguintes taxas: -----

a)- 0,8% - Para prédios rústicos; -----

b)- 0,7% - Para prédios urbanos; -----

c)- 4% - Para prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI; -----

d)- A majoração em 30% nos prédios urbanos degradados e a minoração em 30% nos prédios urbanos objecto de recuperação sítos no Centro Histórico da Vila de Mértola. -----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM: -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos reentrou na reunião o membro D. Cláudia Celestino.

8.- APLICAÇÃO DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – DERRAMA: -----

----- Foi presente uma Proposta do Executivo, aprovada em reunião de 15 de Setembro corrente, do seguinte teor: -----

----- “1º - Que o artigo 14º da Lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro, nova lei das Finanças Locais, prevê a possibilidade dos municípios deliberarem “lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo 1,5% sobre o lucro tributável sujeito a não isento de imposto sobre o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas). -----

2º - Que o n.º 2 do artigo 12º da mesma Lei prevê que a “Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos” -----

3º - As dificuldades conjunturais vividas pelas empresas que desenvolvem a sua actividade em municípios do interior; -----

----- Proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a proposta de não lançar Derrama, e desta forma isentar as empresas deste encargo fiscal, como forma de reconhecimento do seu esforço na participação do desenvolvimento do Concelho através da criação de riqueza e postos de trabalho.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Executivo. -----

9.- 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2010: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente para aprovação, a 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2010, aprovada pelo Executivo realizada em 21 de Setembro corrente. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte (20) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a revisão proposta. -----

10.- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2010: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente para aprovação, a 2ª Revisão ao Orçamento Municipal para 2010, aprovada pelo Executivo realizada em 21 de Setembro corrente. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com vinte (20) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a revisão proposta. -----

11.- ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA MERTURIS: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea l), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro e de conformidade com o preceituado na Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro, foi presente a proposta de alteração aos Estatutos da Merturis – Empresa Municipal de Turismo, E.M., aprovada pelo Executivo em reunião de 21 de Setembro corrente. -----

----- O membro Snr. José Eugénio disse que é contra as empresas municipais pelo que não pode votar a favor deste assunto. Que não entende porque é que foi necessário ser um gabinete de advogados a elaborar este parecer considerando que a Câmara tem um Gabinete Jurídico. Que em sua opinião, o trabalho desempenhado pela Merturis poderia ser feito por qualquer Gabinete Municipal criado para o efeito, porque não lhe parece que o trabalho feito pela empresa municipal seja tanto que um Gabinete não desse conta, pelo que lhe cheira pouco claro e não pode concordar com isso. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que o Conselho de Administração da Merturis nem sequer é remunerado e que não existem coisas escuras neste processo. -----

----- A Dr.ª Mariana Costa disse que não viu o documento e não sabe quais são as alterações propostas. -----

----- Foi referido que as alterações propostas decorrem da lei. -----

----- Colocado à votação, a Assembleia Municipal, por maioria com vinte (20) votos e favor e um (1) voto contra, deliberou aprovar as alterações propostas. -----

12.- PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL: -----

----- Foi presente o Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Informação Financeira Semestral do Município, elaborada nos termos da alínea d) do nº 3 do artº 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro. -----

----- O Dr. Miguel Bento disse que queria referir que a responsabilidade que está implícita no documento é uma responsabilidade política. Que queria chamar a atenção para o que está expresso no último parágrafo do documento (Recomendações) as quais deverão ser tidas em consideração tendo em conta que foi dito há algum tempo que os bens do domínio público não estavam inventariados. Que lhe parece grave que a Câmara não tenha o seu património inventariado considerando os técnicos competentes que a Câmara tem nesta área, achando grave que o ROC faça este tipo de recomendações. -----

----- Prosseguindo disse que lhe parece grave do ponto de vista político que a Câmara não tenha o seu património do domínio público inventariado. Que acha isso uma nódoa política que fica e que deverá ser apagada com a maior brevidade. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que o Dr. Miguel Bento está a dramatizar e lembra que só agora é que há inventário pois dantes nem isso havia. Que nem os técnicos nem os funcionários fazem inventários e não se pode por em causa porque não é o Executivo que faz os inventários, mas sim o pessoal. -----

----- A Técnica Municipal Dr.^a Margarida Fortunato prestou os devidos esclarecimentos, nomeadamente o facto de já se encontrar inventariada a parte dos bens móveis e que o que não está são os vários espaços públicos dentro das localidades, as estradas, caminhos, etc. tendo em conta a enorme extensão do Concelho. -----

----- O Snr. Vice-Presidente da Câmara, tomando a palavra, disse que num Concelho como o de Mértola há que definir prioridades, que o ROC faz as recomendações que entende, é para isso que eles são pagos, mas que a Câmara tem de definir as suas prioridades e que se o inventário não está completo é pelas razões atrás citadas, e que estranhava que o membro Miguel Bento não o soubesse e por isso o informava que uma das técnicas da autarquia que estava a fazer este trabalho era a esposa do Sr. Miguel Bento. -----

----- O Dr. Miguel Bento disse que a prioridade de um Município deve ser o de cumprir a lei e se a lei o exige deve ser feito. Relativamente aos custos, não sabe quanto custa, mas considerando a óptima situação financeira da Câmara, como tem sido frisado, não lhe parece que seja um problema, até porque com os centros de informação geográfica estes custos foram reduzidos. E que, no tocante ao trabalho da esposa no Município tem por hábito não misturar os assuntos pessoais com os profissionais. -----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que o Dr. Miguel Bento já foi Vereador da Câmara e tem responsabilidades na matéria pelo que lhe pergunta se enquanto vereador fez tudo o que está escrito na lei ou se definiu prioridades. -----

----- O Dr. Miguel Bento disse que esta lei entrou em vigor no dia 01 de Janeiro de 2002 e desde o dia 07 de Janeiro do mesmo ano que deixou esse cargo, pelo que obviamente nada poderia fazer relativamente ao assunto. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que a gravidade foi anotada e que o Relatório é amplamente favorável para o Executivo Municipal pelo que a Assembleia também se deve congratular por ele e que depois de ouvir as explicações dadas pela Dr.^a Margarida e pelo Snr. Vice-Presidente concluiu que a nódoa apontada pelo Dr. Miguel Bento era tão ténue que nem se via. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

13.- FISCALIZAÇÃO DOS ACTOS DA CÂMARA: -----

----- Elaborada nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi presente uma Informação do Snr. Presidente da Câmara de que um exemplar fica anexa à minuta desta acta. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou aberto este ponto da ordem de trabalhos dizendo que embora o Snr. Presidente da Câmara não esteja presente não queria deixar de elogiar mais uma vez a Informação apresentada, extensa e pormenorizada e onde se dá conhecimento de tudo o que é feito pelos Serviços Municipais, congratulando-se pelo documento. -----

----- Tomando a palavra, a Dr.ª Maria José Henrique disse que gostaria de saber quais as medidas adoptadas pelo Executivo para a diminuição das despesas correntes além do não envio em papel dos documentos para as sessões da Assembleia. -----

----- Que mais uma vez consta na Informação do Snr. Presidente da Câmara menção ao processo de transição da Mina de S. Domingos e às demolições que estão a ser feitas tanto na Mina como no Pomarão, pelo que, mais uma vez questiona sobre os processos a decorrer sobre a Mina de S. Domingos, nomeadamente os processos de transição e as demolições que são referidas. -----

----- Que também concorda que o Relatório do Snr. Presidente é muito extenso, mas que peca por ter pouco conteúdo porque em vez de referir o arranque das ervas daninhas deveria falar em assuntos mais importantes para o Concelho. -----

----- Que o Relatório refere que o Gabinete Jurídico acompanha os processos em contencioso, e em sua opinião esta informação deveria ser mais discriminada. Que queria saber quais os processos em que a Câmara é ré ou co-autora e em que situação se encontra o processo sobre o licenciamento do prédio do Dr. Cavaco e se existe algum processo no Tribunal Administrativo movido contra a Câmara sobre esta matéria. -----

----- Que queria saber também em que fase se encontra o processo de saneamento de Penilhos. -----

----- Que queria alertar para o facto de na estrada Penilhos/Tacões terem sido tapados os buracos, mas os mesmos não terem sido convenientemente batidos e a estrada estar cheia de altos. -----

----- Prosseguindo disse que, voltando ainda à questão da Mina de S. Domingos, o Relatório do Snr. Presidente das Câmara refere a realização de reuniões de trabalho, pelo que gostaria de que reuniões foram essas e em que ponto se encontra o processo de transição do Parque Habitacional, e também dos espaços públicos para a Autarquia. -----

----- Disse ainda que há duas ou três reuniões solicitou informação ao Snr. Presidente da Câmara sobre o estado do processo relativamente às escrituras de justificação notarial que foram feitas para a Mina de S. Domingos e de, juntamente com duas colegas suas, deu conhecimento em reunião de Câmara, porque nesse processo existem duas questões, a criminal e a civil e gostaria de saber se a Câmara já impugnou judicialmente alguma dessas escrituras. -----

----- Relativamente à viagem com jovens a Istambul, em sua opinião o Regulamento deveria ser revisto urgentemente porque este ano algumas das exclusões foram bastante injustas. -----

----- Queria saber também em que fase se encontra a obra da Biblioteca Municipal. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Vice-Presidente disse que o Relatório à Assembleia não é feito por si mas pelo Snr. Presidente da Câmara e que, como Vereador, tem um conhecimento menos geral que o Sr. Presidente daquilo que se passa na Câmara Municipal a nível de todos os Serviços, mas tentará responder às questões suscitadas dentro do que lhe for possível. -----

----- Que também foi membro desta Assembleia deste 1998 a 2002, nessa altura era o Snr. Paulo Neto presidente da Câmara e o Relatório que era apresentado à Assembleia não era tão extenso como o que agora é apresentado e em regra os membros da Assembleia só dele tinham conhecimento no próprio dia sendo que se tratava apenas de, muitas vezes, apenas uma página, por vezes duas. -----

----- Relativamente às questões que foram colocadas e quanto às despesas correntes, pode dizer que houve diminuição nos estaleiros municipais, na parte dos combustíveis, também o foi em

vários serviços com o apelo à redução de energia e que está a ser feito um estudo a nível do Concelho a fim de ser reduzida a iluminação pública. -----

----- Quanto aos processos de transição da Mina de S. Domingos o processo está em fase de conclusão e que neste momento há já poucas casas para transmitir. Que há outro processo que é o da transição dos espaços públicos e dos anexos para a Câmara e que, relativamente aos anexos a ideia da Câmara é elaborar um Regulamento para a venda desses anexos, dando-se preferência aos moradores das casas com anexos, mas que o processo ainda está na sua fase técnica. -----

----- As reuniões conjuntas que estão a ser realizadas são questões de pormenor e têm a ver com a delimitação dos terrenos. -----

----- Quanto às demolições na Mina de S. Domingos e Corte do Pinto informou o Snr. Vice-Presidente que o mesmo deveria ser feito em todo o Concelho pois os prédios em ruínas são às dezenas, mas que esses processos são morosos, tendo muitas das vezes a Câmara ter que se substituir aos proprietários e realizar as obras porque as pessoas são notificadas para as fazerem mas não as fazem por um lado e por outro não se sabe, algumas vezes quem são já os proprietários, pelo que a Câmara faz a obra e dificilmente é ressarcida do que lá investe. -----

----- Relativamente às construções clandestinas há algumas que foram retiradas por consenso entre as pessoas e a Câmara, mas há outros casos mais complicados. -----

----- Que o Gabinete Jurídico acompanha as audiências, principalmente as realizadas em Mértola e embora exista um advogado no processo os técnicos municipais acompanham essas audiências dando como exemplo o processo do Dr. Cavaco que os Serviços Municipais estão a acompanhar e que ainda não está concluído, é um processo mais volumoso, tendo em conta que houve também várias providências cautelares durante o desenrolar do mesmo. -----

----- Que tem conhecimento da complexidade do processo, que são vários os intervenientes, mas que não pode precisar quais. -----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM: -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos saiu da reunião o membro Dr. João Serrão. -----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que, relativamente à estrada Penilhos/Tacões, sabe que esta tem sofrido várias intervenções e levado muitos remendos. -----

----- Relativamente ao tal processo que a Dr^a Maria José Henrique refere que foi dado conhecimento á Câmara numa das suas reuniões, já foram ouvidos os técnicos municipais mas que até ao momento não há ainda nada de concreto por parte do Ministério Público. -----

----- Que a Câmara não impugnou quaisquer escrituras da Mina de S. Domingos já que o processo está no Ministério Público e se este quiser poderá fazê-lo ou desencadear as acções que considere mais adequadas, nomeadamente a extracção de certidões. -----

----- Relativamente à viagem a Istambul tomou nota e irá informar a Vereadora responsável pela área da questão levantada e de uma eventual alteração ao Regulamento.

----- Que a obra da Biblioteca a empreitada está a correr a bom ritmo e que em breve a Biblioteca irá entrar em funcionamento neste espaço. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa solicitou ao Chefe da DAF que explicasse onde é que a Câmara está a reduzir as despesas sem ser nas fotocópias. -----

----- O Snr. Chefe da DAF informou que as autarquias sofreram um corte radical nas transferências do Governo Central quanto ás despesas correntes, que rondaram os 470 mil euros, pelo que houve necessidade de serem implementadas algumas medidas a fim de se reduzirem os custos. -----

----- Que no orçamento municipal a maior fatia vai para despesas com pessoal que ronda os 55% do total e houve que introduzir alguns cortes nesta área, nomeadamente nas horas extraordinárias, as quais foram reduzidas quase que por metade. -----

----- Referiu ainda que existiam divídiias avultadas no fornecimento de água pelo que estão a ser efectuados os cortes dos fornecimentos, o que tem obrigado muitos dos consumidores a proceder ao pagamento das dívidas em atraso. Que também em coisas que as pessoas

consideram pequenas, como seja o caso de desligar os aparelhos de ar condicionado durante o período de almoço, o desligar das luzes ou até o desligar do monitor dos computadores, foi feito um folheto de sensibilização aos funcionários. -----

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel bento disse que queria sugerir que a Câmara fizesse um acordo com as IPSS, os Bombeiros, os Clubes Desportivo e outras entidades, relativamente ao consumo de combustíveis e que isso constasse dos próprios contratos. -----

----- Disse ainda que queria referir o facto da Assembleia ser um Órgão político e queria manifestar-se quanto aos cortes que os municípios estão a ter no seu orçamento, porque o Governo o deveria ter feito caso a caso, já que num Concelho como o de Mértola, que é dos maiores do País esses valores são bastante elevados e pesam muito nas contas do Município, ao contrário de outros em que os cortes orçamentais são uma gota no oceano, mas nos concelhos de Mértola, Barrancos, Alcoutim e outros essas medidas merecem o nosso repúdio. -----

----- Prosseguindo disse que, relativamente à Informação do Snr. Presidente da Câmara, embora seja um documento muito extenso pode não conter muita informação e relativamente ao que foi dito pelo Snr. Vice-Presidente quanto às anteriores informações disse que continham o que era relevante da actividade municipal e isso agora já não é assim porque o que vem agora nas informações do presidente é o que é acessório, como é o caso de o Gabinete Jurídico ler o Diário da República. -----

----- Que o Presidente da Câmara deslocou-se ao estrangeiro há algum tempo e acha que a Assembleia deveria ter sido informada do que o presidente lá foi fazer e isso sim é relevante para o Município. -----

----- Que foram adquiridas duas viaturas para os membros do Executivo e era importante saber quanto custaram e se estão de acordo com as medidas de contenção que estão a ser feitas para reduzir despesas. -----

----- Que também gostava de saber se existe algum processo no Tribunal Administrativo de Beja movido contra a Câmara. -----

----- Prosseguindo disse que o Boletim Municipal caiu no partidarismo já que na última edição se faz referência a um voto de congratulação apresentado pela Bancada do PS na Assembleia Municipal e refere a abstenção dos membros da CDU, mas não refere a razão da abstenção sendo que isso também deveria constar, pelo que não percebe como se desce tão baixo a esse ponto. -----

----- Relativamente à Mina de S. Domingos disse que na última reunião foi apresentada uma carta de um munícipe onde a La Sabina lhe dava conta de que os novos preços tinham a concordância da Câmara Municipal e que o Snr. Presidente da Câmara disse que era falso já que a Câmara não tinha concordado com os preços, e acredita nas palavras do Snr. Presidente mas se a La Sabina o diz e não é verdade trata-se de um crime, pelo que gostaria de saber quais as medidas que a Câmara tomou relativamente a esse assunto. -----

----- Que gostaria de saber porque razão ficou por reparar um troço da estrada do Carril (Corte do Pinto). Que a escola de Corte do Pinto, tem conhecimento que sofreu invenções e constou-lhe que chove lá dentro, pelo que gostaria de saber se com as intervenções efectuadas a situação ficou resolvida. -----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que relativamente ao acordo com as entidades por causa do combustível poderá ser eventualmente ser tido em consideração na parte da negociação do contrato. -----

----- Relativamente aos cortes no orçamento ninguém os desejava e a Associação Nacional de Municípios, que representa todos os municípios, já tomou a sua posição e está neste momento em braço de ferro com o Governo contra as medidas adoptadas. -----

----- Quanto à Informação do Snr. Presidente da Câmara ser extensa há quem goste e quem não goste, entre o ser extensa e não ter informação, é melhor ser extensa que não ter nenhuma, como anteriormente. -----

----- Quanto á compra das viaturas informou que o processo já estava em negociações antes do corte orçamental e que não foi possível anular o processo porque já estava em andamento. - - - -

----- Relativamente ao Boletim Municipal partidarizado o que ele reflecte é a obra que é feita e dela damos conhecimento aos munícipes. Relativamente à notícia em concreto ou outras, não pode o Presidente enviar-lha antes de a publicar para ver se concorda. - - - - -

----- Que não esteve presente na última Assembleia mas que quanto à carta da La Sabina pensa que o Snr. Presidente da Câmara já falou com a entidade para que não se volte a repetir. - - - - -

----- Quanto à estrada do Carril esteve lá há algum tempo e já estava praticamente concluída, mas neste momento não tem mais qualquer informação sobre o assunto. - - - - -

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Corte do Pinto disse que faltou fazer cerca de 1 km dessa estrada porque esse troço não estava incluída no contrato, mas foi-lhe dito pelo Snr. Presidente da Câmara que o troço que falta irá ser intervencionado pelos Serviços Municipais.

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que é um dos sítios da Freguesia de Corte do Pinto que nunca tinha sofrido qualquer intervenção, tendo o Dr. Miguel Bento dito que não é verdade porque na altura em que foi vereador da Câmara Municipal essa estrada foi arranjada. - - - - -

----- O Snr. Vice-Presidente disse que desconhecia que chovia na escola de Corte do Pinto, mas o Snr. Presidente da Junta de Freguesia, intervindo disse que a escola sofreu obras de reconstrução no anterior executivo, no âmbito de processo de delegação de competências, tendo ficado por pagar ao empreiteiro uma factura e não foi feita a fiscalização da obra. Que essa factura, no valor de 18.000 €, encontra-se na Junta mas que tratando-se de factura do anterior executivo, não será paga por este, sendo que como não houve pagamento a obra também não foi concluída, nem teve fiscalização, nem o anterior executivo informou a Câmara sobre o assunto.

----- Que agora foram feitas obras e nesse âmbito deu ordens para que o telhado fosse arranjado, pelo que se prevê que o problema esteja resolvido. - - - - -

----- A Dr.^a Mariana Costa disse que, relativamente ao Relatório do Snr. Presidente da Câmara, é obvio que não é elaborado por ele embora venha em seu nome, tratando-se apenas de uma compilação de vários relatórios dos serviços e divisões, indo ao pormenor de referir quantos cartazes são elaborados e que a Câmara está no facebook, as notícias dos jornais sobre o Concelho, etc. Que relativamente ao Posto de Turismo/Museu de Mértola não se encontra uma única referência no relatório esquecendo-se que são estas duas entidades que estão todos os dias no terreno. Que o Posto de Turismo faz a gestão do quiosques digitais e parece que o Museu e o Posto de turismo não existem, sendo certo que não haveria turismo em Mértola se esse trabalho não fosse feito pelas duas entidades. - - - - -

----- A Snr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Mértola intervindo disse que, se o Relatório do Snr. Presidente da Câmara é uma compilação do trabalho desenvolvido pelos Serviços Municipais que lhe enviam essa informação, pergunta se o Posto de Turismo não faz uma compilação desse trabalho para entregar ao Snr. Presidente da Câmara, tendo a Dr.^a Mariana respondido que trimestralmente é feito um Relatório que entrega ao seu superior hierárquico. - -

----- Prosseguindo a Dr.^a Mariana Costa disse que se vem no Relatório o trabalho da Merturis e da Casa do Mineiro, acha lamentável a falta de informação acerca do Museu de Mértola e do Posto de Turismo. - - - - -

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas disse que a questão da Mina é igual à do Pomarão já que têm o mesmo Plano de Pormenor. Que a Mina é uma questão muito sensível e são imensas as obras clandestinas, principalmente os anexos. Que na Junta de Freguesia é um assunto bastante falado, relativamente ao Pomarão e a outras localidades da Freguesia. Que a Junta, através do diálogo tem resolvido bastantes situações de habitações em ruínas e que actualmente estão recuperadas com a ajuda da Junta de Freguesia. Que é difícil, mas há que se trabalhar nesse sentido e através do diálogo, junto dos proprietários, a Junta aos poucos vai dando uma cara nova às localidades. - - - - -

----- Que é lamentável e triste em muitas localidades do Concelho ver tantas habitações degradadas, que além do mau aspecto que dão às povoações ainda prejudicam terceiros, pedindo à Câmara que, juntamente com as juntas de freguesia e até com a colaboração dos membros da Assembleia, sensibilizem os proprietários para a realização das obras necessárias para que as localidades do nosso Concelho não tenham o aspecto triste e abandonado que têm actualmente.

----- Tomou a palavra a Snr^a Presidente da Junta de Freguesia de Mértola dizendo que queria destacar como medida positiva a contenção das despesas por parte da Câmara, constatando com agrado a medida adoptada pela Câmara de pagamento a 45 dias das suas dívidas perante os fornecedores o que tem reflexos na economia local. -----

----- Que ao contrário do que até agora foi dito, há muito sumo no Relatório do Snr. Presidente da Câmara e só admite o comentário desfavorável se ele tiver abrangência política. Nele constam as actividades municipais, as obras realizadas etc., ilustrando o excelente trabalho desenvolvido pelo Executivo, e não concorda com o que foi dito de que o Relatório era extenso e não tinha conteúdo. Que o Verão esteve repleto de actividades dirigidas à população nomeadamente os idosos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população do Concelho e é muito importante para esta camada etária a realização dessas actividades. -----

----- Relativamente à viagem a Istambul também recebeu reclamações e concorda com o que foi dito de que o Regulamento deve ser revisto, privilegiando-se em primeiro lugar os jovens do nosso Concelho, mas, em sua opinião, também não devem ser excluídos os jovens que embora não sendo do Concelho trabalham no Concelho, ressaltando que estes só seriam admitidos quando sobrassem inscrições. Que a Câmara vai proporcionar a estes jovens uma viagem de sonho e que numa futura alteração a este Regulamento deverão ser tidas em conta as sugestões propostas pela Assembleia nesta sessão. -----

----- Que também foi receptora de reclamações de três jovens que não eram do Concelho mas que trabalham no Concelho e o número de excluídos foi muito superior a esses três, pelo que, se isso estivesse previsto no Regulamento esses jovens poderiam preencher essas vagas. Que foi correcto o motivo porque alguns ficaram como suplentes, tirando esses três casos que referiu, como o caso de quem já foi à viagem mais do que uma vez, há que dar oportunidade a quem nunca participou. -----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que relativamente à intervenção da Dr.^a Mariana Costa é óbvio que a Informação do Presidente é recolhida pelos diversos serviços municipais mas que depois de recebida a informação é tratada e articulada pelo Sr. Presidente, visto ter de ser ele a apresentar o relatório. -----

----- Que relativamente a Moreanes a Câmara vai avançar com os arruamentos, mas antes há que resolver as situações das casas em ruínas para que se localidade fique a beneficiar no seu conjunto geral, pelo que solicitava a todos os Presidentes de Junta a colaboração no sentido de irem de uma forma pedagógica sensibilizando os proprietários para a necessidade de efectuar essas limpezas de ruínas para não prejudicarem terceiros, como as Juntas conhecem melhor as pessoas por estarem mais próximas, fazia esse apelo de colaboração, para benefício de todos. --

----- Quanto aos pagamentos a fornecedores a 45 dias informou o Snr. Vice-Presidente que até esse prazo a Câmara está a reduzir, fazendo-o em muito menos tempo. -----

----- Quanto ao Regulamento das viagens acha não se deve aqui ficar com a ideia errada que o regulamento não privilegia os jovens do Concelho, uma vez que é a eles que o mesmo se dirige, no entanto poderá haver alterações com vista a uma possível melhoria.

----- Agradece a intervenção da Snr^a Presidente da Junta de Freguesia de Mértola, que registou com agrado por ter sido a única a destacar também os aspectos positivos, o que dá outro ânimo e incentivo para continuar a trabalhar. -----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros disse que já contactou a Câmara sobre a existência de um esgoto que está a correr para dentro de uma horta, em S. João, e até agora o problema não se encontra resolvido. -----

----- Disse ainda que queria demonstrar o seu desagrado pelo facto do Snr. Presidente da Câmara ter efectuado uma visita à Freguesia e não ter sido informado disso já que gostaria de ter participado nessa visita com o Snr. Presidente da Câmara para lhe expor alguns problemas da Freguesia. -----

----- O membro Snr. Manuel Gonçalves questionou sobre a situação do Mercado da Mina de S. Domingos tendo sido informado pelo Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Corte do Pinto de que foram efectuadas obras de remodelação desse espaço só faltando a parte das pinturas. -----

----- O Snr. Vice-Presidente informou a Assembleia que o projecto da Estrada Municipal 514 (troço do Pomarão) já foi aprovado pela Câmara, estando em fase de candidatura para se poder avançar com a obra. -----

----- O Snr. Presidente da Junta de S. Pedro de Sólis entregou na Mesa da Assembleia uma garrafa com água da rede recolhida em Monte Fialho a fim de ser mandada analisar já que tem grande coloração, tendo sido entregue pela Mesa ao Snr. Vice-Presidente da Câmara para que mande efectuar as diligências necessárias. -----

14.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

----- Encontrando-se público presente, o Snr. Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público previsto na Lei. -----

----- Tomou a palavra o Município Snr. Alberto Raposo Fernandes, disse que iria intervir na qualidade de sócio do Grémio Recreativo 1º de Dezembro e perguntou qual o destino que a Câmara pretende dar ao Grémio quando a Biblioteca for para o seu edifício após terminadas as obras, já que o edifício onde agora se encontra provisoriamente a biblioteca é da propriedade de Grémio e foi emprestado à Câmara apenas para alojar a Biblioteca Municipal enquanto decorressem as obras no seu edifício. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que também era sócio do Grémio Recreativo 1º de Dezembro e qualquer decisão a tomar tem de ser feita em Assembleia Geral, já que todos os corpos sociais não existem. -----

----- Questionou ainda sobre a cobrança dos painéis publicitários existentes na Vila porque a publicidade está a ser paga à Câmara e o Instituto de Estradas de Portugal também está a solicitar o pagamento da publicidade, dizendo que em sua opinião trata-se de dupla tributação e perguntou se já foram tomadas algumas medidas sobre o assunto. -----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que a saída da Biblioteca do edifício do Grémio depende do final da obra que está previsto para o primeiro trimestre de 2011, previsivelmente antes do Festival Islâmico que se irá realizar em Maio. -----

----- Quanto á questão da publicidade já teve conhecimento da situação. Que nos anos 90 houve uma desclassificação de estradas e foi assinado um Protocolo entre a então Junta Autónoma de Estradas e a Câmara Municipal onde foram entregues alguns troços de estradas que estão assinalados em mapa delimitadas ao quilómetro. Que existem dúvidas de onde acabam e onde começam as competências da Câmara e do Instituto de Estradas e existindo essas dúvidas crê que o Snr. Presidente da Câmara já tomou algumas diligências e já deve ter alguma informação sobre o assunto. -----

----- A Dr.^a Odete Palma perguntou se há algum compromisso da Câmara entregar ao Grémio o edifício após a saída da Biblioteca ou se pretende continuar com o mesmo. -----

----- O Município Snr. Alberto Fernandes disse que consta em acta da Assembleia Geral do Grémio que o edifício era emprestado à Câmara apenas para a instalação provisória da Biblioteca e que o edifício seria restituído após a sua saída. -----

----- O Dr. Miguel Bento, relativamente às taxas que estão a ser cobradas pelo Instituto de Estradas, sugeria que o gabinete Jurídico da Autarquia estudasse o assunto e ajudasse as pessoas que tem estado a pagar duas vezes já que todos os estabelecimentos comerciais se encontram dentro dos limites da Vila e abrangidos pelo Plano de Urbanização plenamente eficaz, e ao que

sabe a lei diz que em zonas abrangidas por Plano Geral de Urbanização as entidades externas não podem aplicar as suas taxas. -----

----- A Snr^a Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse que o que é pertinente é que só agora o Instituto de Estradas venha a aplicar a lei e a cobrar taxas de publicidade, o que é estranho. -----

----- O Snr. Vice-Presidente disse que tem conhecimento que alguns munícipes já reclamaram para o Instituto de Estradas, justamente com o argumento de estarem dentro do perímetro urbano da respectiva localidade e a reclamação foi-lhes indeferida, tendo o Dr. Miguel Bento dito que mesmo assim não invalida que o Gabinete Jurídico do Município se debruce sobre o assunto e emita o seu parecer. -----

15.- APROVAÇÃO DA ACTA: -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou que a acta fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. -----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da acta em minuta que depois de posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----

16.- ENCERRAMENTO: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 20,50 horas. -----

----- E eu
subscrevo e assino.

1º Secretário da Assembleia, a redigi,

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____